

# CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL: REVISÃO DE LITERATURA

Maria Cecília Martins Queiroga<sup>1</sup>  
Estephanny Ingrid de Oliveira<sup>2</sup>  
Regina Célia Passos Ribeiro de Campos<sup>3</sup>

## RESUMO

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, em sua quarta meta a ser desenvolvida no país ao longo dos últimos dez anos dispôs sobre o ensino inclusivo e teve por objetivo universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado à população de quatro a dezessete anos com deficiência. Este trabalho tem por objetivo analisar as produções científicas que abordam as condições de vida e ensino-aprendizagem de crianças com deficiência em contextos de educação formal e não formal no cenário brasileiro sob a perspectiva da psicologia histórico-cultural de Vigotski. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura que selecionou artigos relacionados à temática investigada publicados nos últimos dez anos – período de 2014 a 2024, nas bases Scielo e Portal Ibiect. A análise de dados foi feita mediante análise de conteúdo. Vigotski, ao desenvolver a Teoria Histórico-Cultural, concebe o desenvolvimento enquanto processo que leva em conta o contexto histórico, social, cultural e biológico. Além disso, o teórico acredita que é a partir do contato social e dinâmico da criança ao longo da história que as funções psicológicas superiores se formam. Os resultados encontrados a partir das análises realizadas acerca das produções científicas no período supracitado revelam que mesmo com os avanços ocorridos ao longo do tempo as crianças com deficiência ainda encontram muitos desafios em seu processo educativo, dentre eles a falta de preparo e qualificação dos educadores, escassez de recursos e pouca infraestrutura nas instituições. Historicamente dez anos constitui ainda um período breve para se perceber mudanças expressivas. Apesar do significativo aumento na quantidade de matrículas de crianças com deficiência nas escolas de educação básica é necessário mais tempo para que as mudanças qualitativas sejam efetivamente passíveis de se mensurar.

**Palavras-chave:** Contexto de educação formal, Contexto de educação informal, Deficiência, Inclusão.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - MG, [mcecilianaqueiroga@gmail.com](mailto:mcecilianaqueiroga@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Graduada em Direito pelo Centro Universitário UNA de Bom Despacho/MG, [adv.pedag@gmail.com](mailto:adv.pedag@gmail.com);

<sup>3</sup> Professora orientadora: Pós-doutora em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos e Pós-doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto-MG. Doutora em Educação no PPGE de Educação da FaE/UFMG em sistema de estágio-sanduíche no IRESCO/CNRS de Paris-França. Mestre em Psicologia Social (FAFICH/UFMG) e graduada em Psicologia. Professora Associada e chefe do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação. Coordena o Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais - GEINE/FAE-UFMG (CNPQ), Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - MG, [geine.ufmg@gmail.com](mailto:geine.ufmg@gmail.com).

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, em sua quarta meta a ser desenvolvida no país ao longo dos últimos dez anos dispôs sobre o ensino inclusivo e teve por objetivo universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado à população de quatro a dezessete anos com deficiência. Entretanto, são poucas as informações sobre as condições de participação e sobre o processo de ensino-aprendizagem de crianças com deficiência em contextos de educação formal e não formal.

Desse modo, este trabalho tem por objetivo analisar as produções científicas que abordam as condições de participação e o processo de ensino-aprendizagem de crianças com deficiência em contextos de educação formal e não formal no cenário brasileiro.

Vale destacar que neste estudo considera-se Educação Não Formal como aquela que ocorre fora da instituição escolar e Educação Formal aquela que ocorre dentro da instituição escolar. Ao destrinchar essa diferença Gohn (2006) afirma que além de ocorrer nas escolas, a educação formal possui conteúdos previamente delimitados, tem o professor como o agente do processo de construção do saber e sua finalidade é marcada pelo ensino e aprendizagem de “conteúdos historicamente sistematizados, normalizados por leis”. Já a educação não formal ocorre principalmente em espaços e ações coletivos do cotidiano, o agente do processo de construção do saber é o outro com quem interagimos, e atém-se aos processos de construção de saberes e aprendizagens coletivas (Gohn, 2006).

Vigotski (1896-1934), ao desenvolver a Teoria Histórico-Cultural, concebe o desenvolvimento enquanto processo que leva em conta o contexto histórico, social, cultural e biológico. Além disso, o teórico acredita que é a partir do contato social e dinâmico da criança ao longo da história que as funções psicológicas superiores se formam. Logo, para o autor, a educação e o ensino de crianças com deficiência devem ser tratados como uma questão de educação social (Vigotski, 1997).

## **METODOLOGIA**

Para elaboração dessa revisão de literatura, realizou-se um mapeamento na base de dados do Portal da CAPES e no IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), utilizando diferentes descritores. Inicialmente utilizou-se a combinação dos termos: “educação não formal” e “deficiência”; depois a combinação dos termos “educação formal” e “deficiência”. Como critério de seleção optou-se por trabalhos em

língua portuguesa e publicados no período de 2014 a 2024. O recorte temporal justifica-se pela Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Este trabalho pretende analisar os processos de inclusão dessa população em contextos de educação formal e não formal presentes na literatura acadêmica brasileira desde o lançamento da referida Lei até o período atual – 2024, em que ela completa 10 anos.

Teve como critério de inclusão os artigos publicados em periódicos científicos nacionais, período de publicação entre 2014-2024 (10 anos), descritores “Deficiência” e “Educação Não Formal” considerada aquela que ocorre fora da instituição escolar; e “Deficiência” e “Educação Formal” aquela que ocorre dentro da instituição escolar.

Durante o processo de seleção do corpus de análise, utilizou-se os seguintes critérios de exclusão: artigos repetidos, com temas sobre inclusão de idosos, educação superior, educação profissional, política pública, artigos teóricos e referentes à saúde e à história de instituições. Foram excluídas, também, teses, dissertações, livros, capítulos de livro e resumos.

No Portal de Periódicos CAPES, que teve como critério de inclusão o ano de publicação: 2014-2024, a combinação dos descritores “educação não formal” e “deficiência” localizou 19 trabalhos, dos quais 04 foram selecionados (Clebsch et al., 2023; Gonçalves, 2023; Lopes, Sousa e Carvalho, 2021; Barros, 2014). A combinação dos descritores “educação formal” e “deficiência” localizou 42 periódicos, mas a plataforma disponibilizou o acesso de apenas 26. Dos 26 trabalhos analisados, 07 foram selecionados (Oliveira, Santos e Botelho, 2023; Santos et al., 2021; Valentine, 2019; Azevedo, Silva & Santos, 2018; Gherlandi & Merege, 2018; Campos, 2017; Lins & Silva, 2017).

Na base de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a combinação dos descritores “educação não formal” e “deficiência” localizou 13 estudos, dos quais 04 foram selecionados (Silva, 2023; Finck et al., 2022; Schuindt & Silveira, 2020; De Paula, 2016). A combinação dos descritores “educação formal” e “deficiência” localizou 24 trabalhos, dos quais 04 foram selecionados (Pieczarka & Valdivieso, 2023; Muniz, Muniz & Muniz, 2022; Junior, Pereira, Braz, 2019; Rocco, 2017).

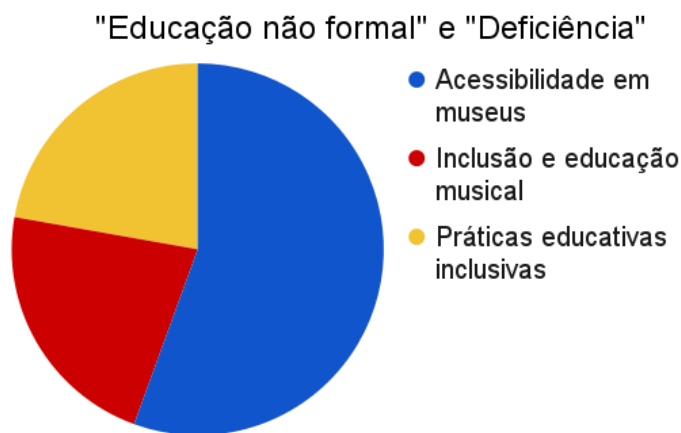
## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados serão apresentados separadamente, com base nas duas combinações de descritores - (1) “Educação Não Formal” e “Deficiência” – 9 artigos localizados, (2) “Educação Formal” e “Deficiência” – 10 artigos localizados. Todos os 19 artigos foram categorizados, lidos e analisados na íntegra.

### 1. Educação Não Formal e Deficiência

A partir da combinação dos descritores “Educação Não Formal” e “Deficiência” observa-se que, 9 artigos foram selecionados, conforme figura 1, e reunidos em 3 categorias: acessibilidade em museus; inclusão e educação musical, e, práticas educativas inclusivas. Verificou-se a predominância de estudos sobre a acessibilidade em espaços não-formais como museus, tendo sido catalogados 5 artigos (Silva, 2023; Finck, et al., 2022; Schuindt e Silveira, 2020; Junior, Pereira e Braz, 2019; Lopes, Sousa e Carvalho, 2021). Na categoria inclusão e educação musical, foram catalogados 2 artigos (Gonçalves e Gomes, 2023; Barros, 2014); e na categoria “Práticas Educativas Inclusivas” também 2 artigos (Clebsch, 2023; De Paula, 2016).

Figura 1. Temáticas encontradas sobre educação não formal e deficiência



Fonte: As autoras.

#### 1.1 Acessibilidade em museus

Na temática da acessibilidade em espaços não formais como museus, Silva (2023) discute sobre a educação inclusiva e a política de acessibilidade conceituando a educação não formal e os sujeitos surdos negros. O autor aponta a necessidade de se refletir e proporcionar acessibilidade comunicacional aos espaços de educação não formal como museus, de modo a contemplar a comunidade surda negra. Outrossim, Junior, Pereira e Braz (2019) apresentam uma análise das experiências de uma aula passeio no Museu de

Arqueologia de Itaipu por alunos com deficiência de uma escola especial. O estudo revela a importância de proporcionar aos alunos com deficiência experiências que extrapolem o ambiente escolar, proporcionando o estabelecimento de relações interpessoais e o desenvolvimento de vivências concretas e significativas.

Finck e colaboradoras (2022) também investigam as condições de acessibilidade de um museu, localizado na região metropolitana de São Paulo, para receber pessoas com deficiência visual. As autoras propõem uma atividade pedagógica inclusiva com enfoque em paleontologia no ensino de Ciências, com uso de materiais acessíveis a pessoas com deficiência visual ou baixa visão e visitas ao museu, analisando as potencialidades e dificuldades do espaço para promover a acessibilidade dessa população. Outrossim, Schuindt & Silveira (2020) analisam os museus de ciências brasileiros sob a perspectiva da educação inclusiva, levando em conta diversas dimensões e em articulação com o ensino de Ciências em espaços não formais de educação. Os resultados apontam que estas mudanças estão em curso e esses espaços têm se adequando para se tornarem inclusivos.

Lopes, Sousa e Carvalho (2021) investigaram a percepção de professores de Química na utilização de diferentes espaços não formais de educação e os desafios para inclusão de estudantes com deficiência nesses locais. Em dois museus visitados registraram a falta de preparo para receber os alunos público-alvo da Educação Especial. Contudo, verificaram há maior interação desses estudantes com deficiência com os saberes e com os colegas nesses espaços.

### *1.2 Inclusão e educação musical*

Inclusão e educação musical foi uma temática apresentada por dois autores. Gonçalves e Gomes (2023) partindo de uma perspectiva inclusiva da música e da aprendizagem musical, apresentam ações inclusivas de educadores de música no Projeto Guri/SP. Os autores reforçam a importância de se fortalecer a relação ensino-aprendizagem entre educando e educador, por meio de ações significativas e práticas reflexivas que enfoquem uma educação justa, inclusiva e significativa.

Barros (2014) enfocando o direito da pessoa com deficiência auditiva à educação musical, apresenta o espaço ocupado pela música no mundo dos surdos. A autora apresenta orientações práticas ao professor como: ficar de frente para o aluno surdo, utilizar leitura labial e LIBRAS e a importância da vibração, que é capaz de nortear o surdo, permitindo-o sentir a pulsação da música com o corpo. Defende ainda a necessidade de um trabalho colaborativo com especialistas da área da saúde, psicopedagogos e a família.

### *1.3 Práticas educativas inclusivas*

Em relação à categoria “Práticas educativas inclusivas” foram incluídos dois artigos. De Paula e colaboradores (2016) realizaram uma revisão de literatura que investigou sobre a inclusão de pessoas com deficiência. Utilizando as palavras-chave: Educação Social, Pedagogia Social e Educação Não Formal. Os estudos encontrados, 12 artigos e 2 dissertações, referem-se à práticas educativas de inclusão voltadas para pessoas com deficiência em projetos sociais que atendem pessoas em condição de vulnerabilidade social. Concluem que, além das conhecidas discussões sobre inclusão escolar de pessoas com deficiência, urge que essa discussão se inicie também nos ambientes não escolares.

Clebsch e colaboradores (2023) retratam em seu artigo a criação do aparato “Sistema Solar Inclusivo”. O aparato foi reconstruído para que pudesse ser utilizado na educação não formal. O estudo dedica-se à exploração das relações que se estabelecem no que tange às aprendizagens significativas e a inclusão educacional de crianças com deficiência. Os autores pontuam a importância de se pensar não apenas na construção de um aparato inclusivo, mas também sobre a forma como o docente concebe o conhecimento, a aprendizagem e a inclusão educacional.

## **2. Educação Formal e Deficiência**

No âmbito da Educação Formal, foram identificados 10 estudos, que compuseram 3 grandes categorias, conforme observa-se na figura 2. A primeira categoria: revisão sistemática contou com 4 artigos de revisão sistemática: (1) sobre inclusão escolar (Muniz, Muniz & Muniz, 2022); (2) estudo comparativo entre educação formal e não formal (Valentini et al., 2019); (3) revisão sobre arte e educação na perspectiva da inclusão (Lins e Silva, 2017); e, (4) revisão sobre o uso de desenho universal para aprendizagem (Pieczarka & Valdivieso, 2023). A segunda categoria “Inclusão e Uso de Tecnologias Educativas” reuniu 3 artigos: (1) sobre a utilização de Tecnologias educativas (Azevedo, Silva & Santos, 2018); (2) Tecnologia da Informação (Campos, 2017) e (3) de ambientes virtuais no processo de aprendizagem (Santos et al. 2021). A terceira categoria “Práticas pedagógicas”, reuniu 3 artigos: (1) sobre práticas pedagógicas com professores da educação básica (Gherlandi & Merege, 2018); (2) inclusão por meio da literatura infantojuvenil (Oliveira, Santos e Botelho, 2023); e (3) educação geográfica inclusiva (Rocco, 2017).

Figura 2. Temáticas encontradas sobre educação formal e deficiência

### "Educação formal" e "Deficiência"



Fonte: As autoras.

#### 2.1 Revisões Sistemáticas

Muniz, Muniz e Muniz (2022) por meio de uma análise documental e bibliográfica da legislação educacional e de dados censitários do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) buscaram evidenciar o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual (DI). A pesquisa revelou que a educação inclusiva está em curso e constitui um ganho para os alunos em situações diferenciadas de aprendizagem e para a sociedade. Embora seja um desafio para os professores devido às limitações de sua formação e às peculiaridades da inclusão, constitui um direito das pessoas com deficiência intelectual o acesso à educação escolar inclusiva, e dever de toda a sociedade assegurá-lo.

O estudo de Valentini e colaboradoras (2019) teve por objetivo analisar as produções concernentes à deficiência visual no âmbito da educação formal e não formal. Foram analisados 66 artigos nacionais e 142 artigos internacionais, publicados em periódicos científicos no período de 2005 a 2016. A análise revelou que os pesquisadores concebem a deficiência sob um olhar que enfatiza o potencial dos sujeitos e atribuem aos educadores o dever de desenvolver práticas que reflitam as facetas da deficiência visual.

Lins e Silva (2017) investigaram as produções acadêmicas de 2003 a 2017 sobre Arte e Educação Especial e identificaram 16 artigos na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT. As produções encontradas tratavam do papel da arte na inclusão escolar e social das pessoas com deficiência e sobre a importância da Arte na educação formal e não formal.

Pieczarka e Valdivieso (2023) investigam, por meio de uma revisão sistemática, a relação entre Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual (DI). Os autores localizaram 128 estudos em um

período de 2019 a 2023, no entanto, restaram apenas quatro artigos após triagem. Embora o número de pesquisas empíricas sobre DUA seja reduzido, os autores observaram contribuições do DUA para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que contribuam para o currículo de estudantes com DI, sobretudo no uso de tecnologia e na possibilidade de múltiplas linguagens e autorregulação.

### *2.2 Inclusão e uso de tecnologias educativas*

Na categoria “Inclusão e uso de tecnologias educativas” foram selecionados três estudos. Azevedo, Silva e Santos (2018) investigaram o uso de tecnologias educativas como manequins de genitália masculina e feminina e preservativos masculinos para a promoção da saúde sexual do adolescente com deficiência visual. As autoras concluíram que a educação inclusiva e a educação em saúde devem caminhar juntas para garantir acessibilidade e empoderamento ao deficiente visual em relação ao cuidado com sua saúde, inclusive a saúde sexual e reprodutiva.

Campos (2017) analisa as tecnologias da informação e comunicação na formação escolar do aluno com deficiência visual no Instituto Benjamin Constant. Foram realizadas entrevistas com professores que atuam no Ensino Fundamental do Instituto Benjamin Constant (IBC). Segundo a autora, os professores entrevistados concordam com a importância dos recursos pedagógicos, inclusive tecnológicos, e reconhecem que as tecnologias contribuem para a ampliação do repertório cultural e intelectual dos alunos, desde que bem mediadas pelo professor. No entanto, alguns docentes não utilizam os recursos tecnológicos por falta de tempo, de planejamento e de preparo.

Santos e colaboradores (2021) estudam de que modo as atuais propostas de ambientes virtuais, como as sustentadas em Learning Management Systems (LMSs), contribuem para o processo educacional, social e global de pessoas com deficiência auditiva. Abordam também o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para o processo de ensino-aprendizagem de LIBRAS e as principais tecnologias assistivas direcionadas ao surdo como tradutor, dicionário, vídeo, escrita de sinais e avatar. Os autores verificaram que a utilização desses ambientes virtuais na educação formal contribui para o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva, embora haja a necessidade de aprimoramento dessas ferramentas para melhor atender essa população.

### *2.3 Práticas pedagógicas na educação básica*

Na categoria “Práticas Pedagógicas” foram reunidos 3 artigos. Gherlandi e Merege (2018) trazem reflexões elucidadas a partir de um curso de formação continuada

sobre a educação especial e inclusiva. As autoras evidenciam a necessidade de capacitação profissional e de se desenvolver práticas pedagógicas que sejam mais inclusivas, de modo que o educando da Educação Especial seja inserido no processo educativo e não deixado apenas sob responsabilidade do professor das salas de recursos.

Em seu artigo *Inclusão do autista na escola através da literatura infantojuvenil*, Oliveira, Santos e Botelho (2023) buscam identificar a influência das literatura infantojuvenil para a inclusão de aluno autista nas escolas públicas de Gurupi -TO. As autoras entendem que unir literatura infantojuvenil e educação inclusiva proporciona uma série de benefícios às crianças com TEA, permitindo-lhes desenvolver a imaginação, emoções, sentimentos e gerando inclusão.

Rocco (2017) discute os caminhos para uma educação geográfica inclusiva e aponta a necessidade de se repensar o processo de escolarização dos alunos com deficiência. A autora analisa teoricamente de que modo os pressupostos da educação inclusiva podem contribuir para a compreensão do modelo social de deficiência e para a realização de uma educação geográfica que seja de fato inclusiva. Segundo ela, o foco das iniciativas deve estar voltado para os alunos com deficiência, de modo a deixar as limitações impostas pela deficiência em segundo plano, favorecendo a socialização desses alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados da pesquisa revelaram, no que tange à “Educação Não Formal” e “Deficiência”, que os artigos selecionados reuniram temáticas importantes como: acessibilidade em museus; inclusão e educação musical, e, práticas educativas inclusivas. A análise revelou que as práticas educativas, sendo adaptadas, podem ocorrer em diversos espaços não formais de conhecimento, como os museus e projetos sociais, tendo como estratégias relevantes, a arte, especificamente a educação musical. Registramos que esses espaços são importantes espaços de aprendizagem para as crianças e jovens com deficiência.

No âmbito da Educação Formal, surgiram vários estudos de revisão sistemática, destacando-se uma discussão sobre as perspectivas da inclusão escolar, cuja prática pedagógica passa pela arte, pela literatura, pelo desenho universal e pelo uso de tecnologias educativas.

As estratégias pedagógicas representam importante preocupação dos pesquisadores, sobretudo quanto às questões voltadas para a prática pedagógica, quanto a aspectos didáticos, currículo e uso das tecnologias de informação e comunicação, como os ambientes virtuais. Essas estratégias e o uso de múltiplas linguagens são ferramentas que contribuem para o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com deficiência nas turmas inclusivas. Uma educação justa e inclusiva significa refletir e acolher a diversidade humana em sua singularidade e proporcionar acessibilidade em todos os aspectos e em todos os espaços.

Os resultados encontrados a partir da revisão realizada acerca das produções científicas no período supracitado revelam também que, mesmo com os avanços ocorridos ao longo do tempo, as crianças com deficiência ainda encontram muitos desafios em seu processo educativo, dentre eles: a falta de preparo e qualificação dos educadores, escassez de recursos e pouca infraestrutura nas instituições. Historicamente dez anos constitui ainda um período breve para se perceber mudanças expressivas. Apesar do significativo aumento na quantidade de matrículas de crianças com deficiência nas escolas de educação básica torna-se necessário mais tempo para que as mudanças qualitativas sejam efetivamente passíveis de se mensurar.

## **REFERÊNCIAS**

- AZEVEDO, Aline Siqueira de; SILVA, Ana Paula Rodrigues; SANTOS, Carolina Magalhães dos. Tecnologias educativas na promoção da saúde sexual do adolescente com deficiência visual. *Biológicas & Saúde*, v. 8, n. 28, 2018.
- BARROS, Ana Déborah Pereira de. O ensino da música para pessoas com deficiência: o surdo no contexto não-formal. In: XII Encontro Regional Nordeste da ABEM. 2014.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.
- CAMPOS, Amanda. Museologia Social, deficiência e educação não formal: habilidades e aprendizagem de Pessoas com Deficiência Intelectual no Museu de Arte do Rio. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 62, n. 18, 2021.
- CAMPOS, Marlise Viana da Nóbrega. As tecnologias da informação e comunicação na formação escolar do aluno com deficiência visual no Instituto Benjamin Constant. *Revista do Seminário Mídias & Educação*, v. 3, 2017.
- CLEBSCH, A. B., Gonçalves, M.D.; JURASZEK, B.; SILVA, L.F.; PINTO, G. Sistema Solar Inclusivo: da gênese da produção ao contexto da utilização. *Revista Insignare Scientia-RIS*, v. 6, n. 5, p. 226-247, 2023.

DE PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira; SANTOS, Marcos Antonio dos; SILVA, Lucas Tagliari da Silva; BUOSO, Giane de Souza Buoso. A discussão sobre inclusão para pessoas com deficiências na perspectiva da educação social, pedagogia social e educação não formal: uma revisão de literatura. Olhar de professor. 2016.

FERREIRA, F.R.S.; IFADIREÓ, M.M.; BITU, V.C.N.; SILVA, J.W.S.; CALOU, A.A.L.R.; LEITE, C.B. Inclusão e exclusão de pessoas com deficiência em contextos de preconceito na educação não formal. In: Cultura Sociedade e Memória: manifestações e influência na atualidade. Atena Editora, 2021. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/cultura-sociedade-e-memoria-manifestacoes-e-influencia-na-atualidade> Acesso em 23 fev.2024.

FINCK, Gabrielli et al. Museus de ciências como espaço de inclusão social: possibilidades para o ensino de Paleontologia. ACTIO: Docência em Ciências, v. 7, n. 3, p. 1-23, 2022.

GHERLANDI, Cassia Regina Souza; MEREGE, Sonia Regina Leite. Um Novo Olhar para a Educação Inclusiva. Revista Científica Educ@ção v.2, n.3, 2018.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social.. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, . Proceedings online... Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Available from:<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=abn)>. Access on: 07 fev. 2024.

GONÇALVES, Alex da Silva; GOMES, Marineide de Oliveira. Inclusão e Imaginação: os desafios da formação do educador musical para o ensino de crianças com deficiência/transtornos. ORFEU, v.8, n.1, p.1-17, 2023.

JUNIOR, José Carlos Vieira; PEREIRA, Jianete Silva Rodrigues de Carvalho; BRAZ, Rute Maria Mariani. Relato de experiência sobre uma aula-passeio ao Museu de arqueologia de Itaipu com crianças com deficiência. Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade.[Internet]. jul./dez. 2019 [cited 2021 Jan 11]; 6 (13): 238-250.

LINS, Taís da Silva; SILVA, Joao Henrique da. Balanço da produção científica sobre arte e educação especial (2003-2017). Revista Educação, Artes e Inclusão, v. 17, p. e0014-e0014. 2017.

LOPES, Bruna Olívia da Silva; SOUZA, Vinícius Catão de Assis; CARVALHO, Regina Simplício. Percepções de professores de Química sobre o trabalho em espaços de educação não formal e os desafios para incluir estudantes com deficiência nesses locais. Olhar de Professor, v. 24, p. 1-24, 2021.

MUNIZ, Sheila Maria; MUNIZ, Rita de Fátima; MUNIZ, Márcia Leila. Inclusão de crianças com deficiência intelectual no ensino regular brasileiro: Visão retrospectiva. Revista Eletrônica Acta Sapientia, v. 9, n. 1, 2022.

OLIVEIRA, Jaqueline Farias de; SANTOS, Fabiana Lopes; BOTELHO, Nayara Lopes. Inclusão do autista na escola através da literatura infantojuvenil. Research, Society and Development, v. 12, n. 4, p. e19912441177-e19912441177, 2023.

- OLIVEIRA JUNIOR, Antonio Paulino de. Estudantes com deficiência visual na educação de jovens e adultos: o emprego de tecnologia assistiva para a aprendizagem conceitual. Editora Oficina Universitária, 2022.
- PIECZARKA, Thiciane; VALDIVIESO, Tiago Veiga. Desenho Universal para Aprendizagem e a inclusão de estudantes com deficiência intelectual: uma revisão sistemática. *Revista Educação Especial (Online)*, v. 36, 2023.
- ROCCO, Gabriela Alexandre Custódio. Os estudos sobre deficiência na educação: caminhos para a efetivação de uma educação geográfica inclusiva. Giramundo: *Revista de Geografia do Colégio Pedro II*, v. 3, n. 5, p. 121-130, 2017.
- ROMANOWSKI, Joana; ENS, Romilda. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. *Diálogo Educacional, Curitiba*, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.
- SANTOS, Erlane Cristhynne Felipe dos. Entre labirintos de percepções e conhecimentos sobre deficiência visual: marcas nas práticas pedagógicas de docentes da educação infantil. 2018. Dissertação de Mestrado. Brasil.
- SANTOS, Samuel Lopes dos, et al. Ambientes virtuais e a pessoa com deficiência auditiva: Trabalhando o processo de ensinar e educação durante a globalização. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 10, n. 7, pág. 54910716808-e54910716808, 2021.
- SCHUINDT, Cláudia Celeste; SILVEIRA, Camila. A educação inclusiva em espaços não formais: uma análise dos museus de ciências brasileiros. *Educação em Revista*, v. 36, p. e234507, 2020.
- SILVA, Rafael Dias. Educação Não Formal: Representatividade Comunicacional de Sujeitos Surdos Negros e suas Contribuições Políticas. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, n. 43, p. 139-146, 2023.
- SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 43, 2021.
- SOUZA, Fernanda Santos; BATISTA, Cecilia Guarnieri. Habilidades de alunos com dificuldades escolares. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, p. 573-577, 2016.
- TORRES, Maria Alice; MOURA, Mônica. A tecnologia assistiva no processo de ensino-aprendizagem de deficientes visuais. *Anais do 9º CIDI e 9º CONGIC*. 2019.
- VALENTINI, C. B.; BISOL, C.A.; PAIM, L.S.; EHLERS, A.P.F. Educação e deficiência visual: uma revisão de literatura. *Revista Educação Especial*, v. 32, p. 1-20, 2019.
- VYGOTSKI, L. S. Principios de la educación de los niños físicamente deficientes. *Obras Escogidas, V—Fundamentos de defectología*, p. 59-72, 1997.